

ANÁLISE TEXTUAL DOS DISCURSOS DE CRIMINALIZAÇÃO DO MOVIMENTO 'OCUPE ESTELITA' PELOS TEXTOS JORNALÍSTICOS EM PERNAMBUCO

TEXTUAL DISCOURSE ANALYSIS OF THE 'OCUPE ESTELITA' MOVEMENT'S CRIMINALIZATION BY JOURNALISTICS TEXTS IN PERNAMBUCO

Gabriel Santana¹

José Roberto de Luna Filho²

Maria Virgínia Leal³

Resumo: *Buscamos compreender, com este trabalho, os mecanismos textuais pelos quais os discursos de criminalização do movimento Ocupe Estelita se processaram nos veículos jornalísticos de Pernambuco. Para tanto, apoiamo-nos no aporte teórico da Análise Textual dos Discursos desenvolvida por Jean-Michel Adam (2011). Através das categorias conceituais de unidades textuais de base, elaboradas por Adam (2011), analisaremos um corpus baseado no episódio em que o movimento em questão realizou uma manifestação que teve seu desfecho dentro do principal shopping de elite da cidade do Recife. Esta análise tem como propósito evidenciar como se dão os efeitos de criminalização e marginalização do Ocupe Estelita, de seus organizadores e daqueles que o apóiam. Após efetuar a análise nos dados, pudemos evidenciar que em todas as categorias textuais de nosso escopo há elementos de manipulação midiática, com o fim de formar uma opinião negativa da população em relação ao movimento em questão.*

Palavras-chave: *Ocupe Estelita; jornais de Pernambuco; Análise Textual dos Discursos.*

Abstract: *We reached to comprehend, at this work, the textual mechanisms for which the criminalization discourses about Ocupe Estelita movement had taken place on the journalistic vehicles of Pernambuco. For that, we leaned on the theoretical contribution of Textual Discourse Analysis developed by Jean-Michel Adam (2011). Through the conceptual categories of textual base units, created by Adam (2011), we will analyze a corpus based on the episode when this social movement made a manifestation that finished inside of the main elite mall of Recife city. This analysis has, as scope point, show how is made the effects of criminalization and marginalization of Ocupe Estelita, its organizers and its supporters. Right after making the data analysis, we were able to evidenciate that in all textual categories of our scope there are mediatic manipulation, with the purpose of forming a negative opinion in population about the concerned movement.*

Keywords: *Ocupe Estelita; Pernambuco newspapers; Textual Discourse Analysis.*

Introdução

É reconhecido que a mídia possui uma ampla atuação nos dias de hoje, sobretudo com o advento da internet. Em qualquer lugar e a qualquer momento, podemos estar conectados às

¹ Estudante do Curso de Licenciatura em Letras/Português da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Brasil, e-mail: gabriel.n.santana@live.com

² Estudante do Curso de Bacharelado em Letras da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Brasil, e-mail: beto_luna10@hotmail.com

³ Professora Associada IV do Setor de Linguística do Departamento de Letras (UFPE). Doutora em Semiótica e Linguística pela Universidade de São Paulo/Université Paris X – Nanterre (USP/Paris X). Recife, Brasil, e-mail: mariavirginialeal@gmail.com

redes sociais, tendo acesso às recentes notícias sobre o que acontece ao redor do globo. Além disso, a mídia detém uma grande credibilidade e a função, na crença comum, de informar a “realidade”. É comum, por isso, que vários jornais, por exemplo, se declarem imparciais e comprometidos com os fatos.

Entretanto há que se questionar a real função exercida pela mídia; afinal, será que ela tem de fato como objetivo informar os cidadãos, sem atender a qualquer interesse que seja? Para Herman e Chomsky (1988), é evidente que não. Segundo estes autores, a função midiática consiste em defender os interesses daqueles que a financiam: a minoria que encabeça o sistema econômico. Logo, jornais, revistas e afins tendem a criminalizar tudo aquilo que represente perigos a tais interesses, como os movimentos sociais.

No presente trabalho, visamos a descrever como ocorrem os efeitos de criminalização do movimento social chamado Ocupe Estelita⁴ e a defesa de interesses particulares por parte dos principais jornais pernambucanos em suas matérias sobre o movimento. Para tanto, analisaremos os tipos de ligação das unidades textuais de base presentes nesses textos, apoiando-nos no aparato teórico de Jean-Michel Adam (2011), no que concerne à sua teoria de Análise Textual dos Discursos. O autor defende a “renúncia à descontextualização e à dissociação entre texto e discurso” (ADAM, 2011, p. 24), entendendo essa renúncia como uma evolução teórica e metodológica. A partir disso, Adam (2011, p. 25) afirma que “a linguística textual tem como ambição fornecer instrumentos de leitura das produções discursivas humanas”. De outro modo, compreende-se a linguística de texto a serviço da análise dos discursos materializados nos enunciados; isto é, a Linguística Textual se apresenta servindo de ferramenta metodológica de análise para se entender a construção ideológica de sentido materializada nos discursos (KILIAN; FLÔRES, 2012).

1 Metodologia

Baseando-nos em categorias da análise textual dos discursos, elaboradas e organizadas por Jean-Michel Adam (2011) e alguns autores que seguem sua linha de pesquisa, como Kilian e Flôres (2012), buscaremos aqui entender e analisar como, por meio de tais elementos textuais, a mídia jornalística de Pernambuco empenha-se em criminalizar o movimento Ocupe

⁴ Movimento social que visa a evitar a demolição e construção de doze torres no lugar do antigo cais José Estelita, que era de posse da União e foi leiloado ilegalmente no ano de 2008 para o Consórcio Novo Recife. O movimento alega que, além de haver inúmeras irregularidades desde a “venda”, tal construção afetará o visual e o plano urbanístico dessa porção histórica e cultural da cidade.

Estelita e seus integrantes como um todo; e como se diferencia, em cada jornal analisado, o tratamento dado a esse tema e como as filiações ideológicas de cada um desses se materializa em prática discursiva.

Utilizaremos como corpus matérias online dos três principais jornais impressos de Pernambuco – Diário de Pernambuco (doravante DP), presente no anexo III; Jornal do Comércio (doravante JC), presente no anexo II; e Folha de Pernambuco (doravante FP), presente nos anexos IV e V –, este escolhido por apresentar uma linguagem menos formal e por ser voltado para um público-alvo oriundo de camadas populares, esse e aquele por serem mais voltados para um público-alvo de maior poder aquisitivo e maior prestígio social; sendo possível, assim, analisarmos o contraste nos discursos de cada veículo jornalístico.

Serão analisadas quatro matérias, uma de cada um dos portais online, de um mesmo evento: o dia 05 de maio de 2015, quando houve uma manifestação do Ocupe Estelita que seguiu do centro da cidade ao bairro do Pina, encerrando dentro do shopping RioMar. Com isso, em nossa análise, observaremos a intertextualidade temática – embasando-nos na noção de Koch et al. (2007) sobre esse conceito – que há entre as matérias e compararemos como, através de elementos textuais, se dão os efeitos de criminalização do movimento em questão por parte de cada um dos veículos. Além disso, dividiremos a análise com base nas categorias textuais propostas por Adam (2011), que são: ligações do significado e significante, implicações, conexões e sequências de ato do discurso.

2 Interseções entre texto e discurso

Existiram e foram elaborados muitos conceitos acerca de texto e discurso na história dos estudos linguísticos⁵, sendo o texto visto desde em sua imanência até como unidade comunicativa ou da interação social; já o discurso sendo visto desde uma materialização das ideologias dominantes, as quais perpassam o inconsciente do sujeito e o faz ser moldado por tais ideologias, até o discurso enquanto forma de empoderamento e transformação social.

⁵ É importante destacar que os estudos literários também se preocuparam, com seus específicos objetivos e em suas devidas proporções, com tais conceitos, mas teremos como ênfase deste trabalho os estudos linguísticos.

2.1 Percurso histórico do conceito de texto com relação ao discurso

A partir de uma revisão histórica de alguns desses conceitos, podemos chegar aos principais conceitos de texto e discurso relevantes para a análise textual dos discursos de Jean-Michel Adam. No trabalho de Koch et al. (2007), podemos perceber que, num primeiro momento da Linguística Textual, do final da década de 1960, o texto foi visto como o signo linguístico primário, “a unidade mais alta do sistema linguístico, cujos elementos e regras combinatórias cabia à Linguística Textual determinar” (KOCH et al., 2007, p. 11). Nessa fase, surge um grande impulso por estudos dos mecanismos de coesão, que regeriam e constituiriam um texto, e não se fazia tanta distinção entre coesão e coerência.

Por volta de uma década após esse primeiro momento, ocorre o que se denomina por virada pragmática e o texto passa a ser entendido em suas funções, constituindo-se por fatores de ordem pragmática: “intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade, intertextualidade, ao lado de coesão e coerência, cujos limites passam agora a ser traçados de forma mais precisa” (KOCH et al., 2007, p. 12). Num terceiro momento, por volta da década de 1980, a Linguística Textual passa a incorporar no estudo do texto mecanismos e estratégias de ordem cognitiva, que seriam responsáveis pelo processamento textual e pela construção dos sentidos (KOCH et al., 2007).

Marcuschi (2012) também trata historicamente dos vários conceitos de texto, passando pelo conceito deste em sua imanência – como o de Zellig Harris: “Um texto (discurso) compõe-se de uma sequência de expressões ou sentenças ligadas, podendo ir desde sentenças de uma só palavra até uma obra em vários volumes” (MARCUSCHI, 2012, p. 23) – ; de texto com critérios temáticos e transcendentais a ele mesmo, em que “o texto torna-se a unidade linguística por excelência, pois [...] é por textos e não por sentenças que nos comunicamos” (MARCUSCHI, 2012, p. 27); e também passa, assim como Koch et al. (2007), pelo conceito de texto como processo de mapeamento cognitivo, em que este não seria um produto de finitos passos aos quais se aplicaria componentes de interpretação, nem como uma unidade maior que a sentença, “pois o texto é uma unidade de outra ordem, na medida em que é uma ocorrência da comunicação” (MARCUSCHI, 2012, p. 30).

Há um último momento citado por Koch et al. (2007), por volta da década de 1990, em que ganha espaço uma nova perspectiva nos estudos do texto, ao serem levadas em consideração as propostas sociocognitivista e sociointeracionista bakhtiniana. A partir disso, o texto passar a ser entendido como um lugar de interação dos sujeitos sociais; e, nele,

convergirão ações linguísticas, cognitivas e sociais. Ou seja, o texto como uma materialização da interação e de nossas práticas sociais.

São nessas últimas e mais atuais perspectivas que a proposta de Adam (2011) irá se aproximar mais efetivamente, inserindo-se assim numa compreensão de texto enquanto unidade semântica de ocorrência da comunicação que Marcuschi (2008, p. 81) bem elucida: “Não é interessante distinguir rigidamente entre texto e discurso, pois a tendência atual é ver um contínuo entre ambos com uma espécie de condicionamento mútuo”. Ou seja, o texto como materialização de algum gênero textual em alguma instância discursiva (MARCUSCHI, 2008).

2.2 A linguística textual em meio à análise do discurso

A linguagem verbal humana processa-se sistematicamente não apenas por seus signos linguísticos, mas também por uma série de “investidas” socioideológicas, provindas de um determinado enunciador (BRANDÃO, 2012). Tal prática social por meio da linguagem se caracteriza como uma prática discursiva. É a partir disso que, aproximando-nos de uma concepção de discurso da Análise do Discurso de linha francesa, “entenderemos por ‘discurso’ uma dispersão de texto, cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas” (MAINGUENEAU, 2008, p. 15). Isto é, um discurso se constitui como um conjunto de enunciados que decorrem de uma mesma formação discursiva.

Em meio a tal concepção da Análise do Discurso pecheutiana, Jean-Michel Adam busca situar “a linguística textual na análise de discurso e seu trabalho propõe a união das duas teorias. Ele reconhece que ambas desenvolveram-se de forma autônoma, mas se propõe a articulá-las” (KILIAN; FLÔRES, 2012, p. 3). Também é importante destacar que, contrariamente à Análise do Discurso francesa, Adam (2011) rejeita a ideia de um sujeito assujeitado e moldado pelo contexto e pelas condições de produção, entendendo que “as informações do contexto são tratadas com base nos conhecimentos enciclopédicos dos sujeitos, [...] nos lugares comuns argumentativos” (ADAM, 2011, p. 52). Compreendendo esse sujeito como atuante no contexto de produção, “o autor propõe uma análise pragmática textual ligada à análise do discurso” (KILIAN; FLÔRES, 2012, p. 4).

3 Categorias da análise textual dos discursos: as unidades textuais de base

Koch (2014, p. 14) conceitua como recursos de coesão textual aqueles “elementos da língua que têm por função precípua estabelecer relações textuais”. A concepção de coesão – junto à de coerência – é primordial na história dos estudos em Linguística Textual, como já visto anteriormente. Tal noção também é de suma importância para o entendimento dos tipos de ligação das unidades textuais de base, conceito este que conta com cinco amplos tipos de operações que propiciam o agrupamento dos enunciados (ADAM, 2011). Essas operações “unem os constituintes de proposições próximas, mas também agem a longa distância, de modos prospectivo e retrospectivo, assegurando, assim, a coesão textual” (ADAM, 2011, p. 131, grifo nosso). O autor traz o Esquema 13 (ver anexo I) em seu livro para demonstrar tais operações. A seguir, discutiremos brevemente sobre essas categorias.

3.1 Ligações do significado: Referenciação, isotopias e colocações

Adam (2011) deixa claro que o texto apresenta e assegura a continuidade referencial através das retomadas de elementos inseridos na memória. “Essas retomadas textuais são possibilitadas por certas propriedades da língua: pronominalização definitização, referenciação dêitica cotextual e correferência lexical” (ADAM, 2011, p. 152). O autor ainda afirma que é necessário que a essas propriedades sejam acrescentadas as recuperações pressuposicionais e as retomadas de inferências.

Além da construção textual da referência, as ligações do significado numa prática discursiva também se constituem por isotopias, garantindo a permanência tópica. Isto é, “a existência do discurso [...] só pode ser afirmada se pode ser postulada para a totalidade das frases que o constituem, uma isotopia comum, reconhecível, graças a um leque de categorias linguísticas ao longo do seu desenvolvimento” (GREIMAS apud ADAM, 2011, p. 147, grifo nosso).

Também é relevante destacar a colocação, conceito esse que se refere a dois tipos de relações entre os signos: “as colocações em língua (associações codificadas de lexemas, repertoriadas nos dicionários) e as colocações próprias de um texto (estabelecidas pelas repetições de sequências de lexemas associados num texto dado)” (ADAM, 2011, p. 156).

3.2 Ligações do significante

Além de tais ligações de significado, também é formulada por Adam (2011) a compreensão de que as unidades linguísticas, desde o fonema e o grafema até as construções sintáticas, podem exercer uma função importante na articulação entre enunciados, através de mecanismos como: repetições de fonemas; repetições de sílabas e/ou de um certo número de sílabas; repetições de lexemas e jogos por homofonia, sinonímia, antítese; repetições de grupos morfossintáticos – os dois primeiros também são vistos, sob outra perspectiva, na literatura. Todos esses mecanismos passam, no discurso, a exercer importantes efeitos de sentido para a construção do texto.

3.3 Implicações: elipses e implícitos

Se compreendermos que tanto no significante quanto no significado existem unidades textuais de base, devemos também levar em conta que existem outras unidades de caráter mais pragmático e/ou inferencial, que vão além da dupla articulação da linguagem. Embora isso às vezes nos escape, a verdade é que não dizemos tudo o que desejamos no texto. Seria absolutamente pouco econômico e redundante externalizar tudo o que pretendemos dizer, sobretudo quando sabemos que nosso interlocutor já o tem por tácito. Por isso, os textos possuem várias “lacunas” à espera de serem preenchidas pelas inferências do leitor. O autor, então, ao manejar o dito e o não-dito, opera com elipses e pressuposições. As elipses, segundo Adam (2011), consiste na supressão de um termo ou pronome que pode ser recuperado através do conhecimento pragmático e, por isso, implícito do falante. Enquanto unidade comum e constitutiva do texto, possui funções, tais como a de apagar o sujeito.

Ainda no campo pragmático, vemos que algumas palavras ou expressões trabalham com conhecimentos implícitos, recuperados de acordo com o conhecimento enciclopédico. Uma frase como “Lúcio parou de novo de beber” implica que Lúcio ingeria bebidas alcoólicas outrora, parou e depois, entretanto, voltou a fazê-lo.

3.4 Conexões: conectores, organizadores e marcadores

Além de falarmos sobre as ligações de base que existem entre os significantes, entre os significados e entre as implicações feitas pelos interlocutores, devemos destacar que as

próprias conexões linguísticas em si também constituem unidades textuais de base (ADAM, 2011). Entre os conectores presentes no texto, consideramos necessário citar os conectores argumentativos propriamente ditos (entre eles, certas conjunções coordenativas, como “mas” ou “logo”; conjunções e locuções conjuntivas de subordinação, como “porque” e “por conseguinte”; e grupos nominais preposicionais, como “apesar disso”), os organizadores e marcadores textuais e os marcadores de responsabilidade enunciativa.

Os organizadores textuais “exercem um papel capital no balizamento dos planos textuais [...]” (ADAM, 2011, p. 181). Precisamos diferenciar ainda os que ordenam as partes de representação discursiva em relação aos eixos do tempo (então, antes, em seguida) e do espaço (à esquerda, acima, depois) e os que estruturam a progressão textual e a indicação de suas partes (e, ou, também). Já os marcadores de escopo de responsabilidade enunciativa indicam a transferência da autoria de determinada informação a outro sujeito, indicado por marcadores como “segundo” ou “conforme”.

3.5 Sequências de atos de discurso

Devemos destacar, por fim, que Adam (2011, p. 196) acredita também que “um texto não é uma simples sequência de atos de enunciação que possui um certo valor ou força ilocucionária [...], mas uma estrutura de atos de discurso ligados entre si”. Ou seja, os atos de discurso são conectados um ao outro numa cadeia textual para realizar objetivos complexos – objetivos esses que carregam filiações ideológicas e intenções comunicativas e sociodiscursivas.

Esses “objetivos complexos” se aproximam e se relacionam bastante com as sequências tipológicas do texto (argumentativas, descritivas, narrativas etc.). Além disso, o autor, ao discutir sobre essas cadeias de atos do discurso, busca explicar que esses atos possuem uma natureza “mais complexa que a dos atos ilocucionários elementares auxiliares que os compõem” (VANDERVEKEN apud ADAM, 2011, p. 197).

3 Corpus e análise

Como explanamos na introdução, procuramos expor neste trabalho as estratégias textuais que visam a dar efeitos de criminalização ao movimento Ocupe Estelita utilizadas nos veículos jornalísticos pernambucanos. Para tanto, utilizaremos os conceitos aqui expostos

acerca da análise textual dos discursos teorizada por Adam (2011) – do subitem 4.1 ao subitem 4.5 – para analisar o corpus anteriormente apresentado – no item 2. A análise ocorrerá buscando compreender os diferentes textos simultaneamente, demonstrando a intertextualidade temática entre eles, mesclando e comparando as propriedades de cada um. Dessa forma, iremos expor como as propriedades do texto possuem uma função argumentativa no texto e materializam as intenções discursivas e as filiações ideológicas de cada veículo jornalístico.

4.1 Ligações do significado e do significante

Os textos que aqui analisamos utilizam frequentemente elementos que retomam referentes já mencionados. Essa referenciação se dá, sobretudo, através do uso de anáforas. Merece destaque o fato de que os três textos retomam as pessoas envolvidas nas manifestações com apenas três sintagmas nominais – às vezes, com pequenas adições, como “do movimento Ocupe Estelita”: “pessoas”, “os manifestantes” e “os ativistas”. Dada a quantidade de vezes em que tal referente é citado, percebemos um uso da repetição constante com fins de deixá-lo bem assinalado no texto. Se contrastarmos com a variedade de termos que retomam, por exemplo, o Shopping RioMar, que aparece muito menos ao longo do texto, vemos que há uma grande disparidade.

Sabendo da natureza pejorativa que os termos “manifestantes” e “ativistas” tomaram e naturalizaram-se no senso comum no país – sabendo, é claro, que a seleção lexical interfere diretamente na produção de sentido dos enunciados (FAIRCLOUGH, 2001) e que os dois termos possuem sentidos distintos em cada enunciado –, tal repetição de lexema para referenciar os representantes do movimento não só constitui uma anáfora, mas também forma uma ligação do significante por todo o texto, exercendo, assim, um papel importante na construção de sentido e no entendimento do leitor da matéria acerca dos integrantes do movimento. Ou seja, não é involuntário o uso desses termos de forma massiva no decorrer do texto, mas tal uso constitui prática discursiva filiada ideologicamente a discursos como, por exemplo, os do Consórcio Novo Recife (doravante CNR) e das empreiteiras que o compõem.

No texto da FP, o RioMar é citado 5 vezes, mas são utilizados 4 sintagmas nominais diferentes, sendo eles: “Shopping no Pina”, “Shopping RioMar”, “mall” e “centro comercial”. Quanto aos manifestantes, ainda utilizando a matéria da FP, são citados 6 vezes, mas recebem apenas o sintagma nominal “manifestantes”. A colocação e uso repetitivo indicam uma

tentativa de enfatizar um termo com sentido negativo para a população. No nosso país, manifestantes muitas vezes são vistos como “desocupados” ou “vagabundos”, mormente quando param o trânsito ou praticam atos mais “radicais”, visando a impactar e, com isso, conscientizar a todos acerca de suas causas.

Observamos apenas um termo que não corresponde aos três termos citados acima, e ele possui apenas uma ocorrência, no texto do DP, no fim do quarto parágrafo, e, por isso, merece nota. Após serem construídos textualmente como apenas “manifestantes” e “ativistas”, são retomados como “estudantes”. Ora, será que de fato todos os presentes nos atos são estudantes? É evidente que não. Tal colocação apenas reflete a tentativa de caracterizar os protestos como protagonizados por jovens de um determinado grupo, e não como um movimento plural em que se encontram pessoas de diferentes ocupações e ideologias, em real contraste com o CNR, que recebe o apoio da maioria da população (esse tema será retomado novamente mais a frente).

Nos três jornais, faz-se menção ao fato de que o trânsito ficou “complicado”, conforme vemos no quarto parágrafo da notícia da FP, ou de que tal rua foi fechada (penúltimo parágrafo da notícia do JC). Nos dias de hoje, não é comum ver que uma das maiores queixas em relação aos protestos está relacionada ao fechamento do trânsito; há menção em todos os casos, mesmo em uma matéria pequena e com poucos dados como a do JC, evidencia a necessidade de se destacar tal acontecimento. Chega-se até a dizer que as vias foram “atingidas”, colocação que evidencia a negatividade do ato.

No quarto parágrafo da notícia do JC, em que se diz que os integrantes resolveram entrar no RioMar, após concentração em seu estacionamento, aparece a frase “munidos com cartazes”. O vocábulo “munidos” possui uma carga metafórica que remete a guerra e violência; percebe-se, pois, que com isso se caracteriza a entrada dos militantes ao shopping como agressiva, sobretudo quando é dito que “gritavam palavras de ordem”.

A colocação utilizada para tratar da atuação policial nos protestos, tais como “monitorar” e “acompanhar” sempre indicam que ela ali está apenas para proteger e manter a ordem, nunca para reprimir. E no caso da FP e do JC, sequer para impedir a entrada dos manifestantes a uma audiência pública.

O DP e a FP, embora mais o primeiro do que o segundo, dedicam uma boa parte da notícia para apresentar o projeto e seus pontos positivos; no entanto, a FP não ouve ninguém do movimento e o DP abre espaço para a fala de apenas dois militantes. Nos trechos em que se fala do projeto, não são poucas as partes que afirmam haver o apoio popular, a participação

da população no redesenho e como ele beneficiará as camadas mais pobres. Na matéria do DP, no penúltimo parágrafo, há inclusive a utilização do termo “democrático” que qualifica o substantivo “redesenho”, o que demonstra, mais uma vez, a perspectiva do jornal a respeito do redesenho.

4.2 Implícitos e elipses

No trecho que visa a explicar o motivo por que guardas municipais e agentes da PM fecharam as portas da câmara e impediram a entrada dos manifestantes, no segundo parágrafo do texto da FP, diz-se: “o argumento é que o expediente da casa legislativa teria acabado”. O jornal assume que o leitor tem conhecimento de que a ordem veio por algum encarregado da segurança da câmara, detentor do poder da ordem do fechamento do local. Mas é claro que a opção por não indicar quem é o dono do argumento é significativa: ao omiti-lo, o jornal apaga e esconde os sujeitos envolvidos na ordem e ainda confere um status de imparcial a si mesmo. Isso fica evidente quando vemos que nunca se operam elipses quando os manifestantes são os sujeitos. Ademais, nenhum dos jornais indica que a votação deveria ser pública e que os ativistas tinham o direito de entrar no local.

O mesmo apagamento há quando indicam a existência de “princípio de tumulto” na frente da câmara. Escondem os agentes e não dizem se foi causado pelos policiais, pelos manifestantes ou pelos dois, deixando ao leitor a inferência (que, provavelmente, será a de que o tumulto fora causado pelos integrantes do Ocupe Estelita).

No texto do JC, encontramos uma elipse significativa. Faz-se a elisão do agente que impediu a entrada da população na câmara, no seguinte trecho: “O movimento voltou à câmara de Vereadores da Capital pernambucana mas foram impedidos de entrar”, presente no penúltimo parágrafo da notícia. Quem é impedido de alguma coisa o é por alguém, mas esse alguém não é mencionado, numa clara tentativa de apagá-los. Tal apagamento fica ainda mais claro quando comparamos esse trecho com outro de mesmo tema do DP, em que diz que foi a Polícia Militar quem fechou os portões e impediu os manifestantes de entrar; é claro que ainda assim não diz por qual motivo ou por ordem de quem.

Conforme lemos na matéria do DP, foram cerca de 1000 manifestantes, segundo integrantes do movimento Ocupe Estelita, e cerca de 500, segundo a polícia militar. No entanto, o JC e a FP dizem que havia cerca de 250 e 200 pessoas, respectivamente. Há um implícito na assunção desses dados: 200 ou 250 pessoas representam um pequeno número

para um protesto e desqualificam as reivindicações do movimento por serem elas vindas de uma minoria.

Nos três textos aqui analisados, na manchete, há uma ênfase de que “o protesto terminou no shopping RioMar”. Esses trechos trabalham com o implícito de que o RioMar é um local que representa uma ideologia diferente da representada pelos ativistas – especialmente se lembrarmos que o shopping foi construído sobre área de mangue. Isso possibilita aos leitores dos jornais inferirem que o movimento está sendo, de certa maneira, hipócrita, ao utilizar um lugar que tem como origem um crime ambiental como local para seu protesto. Ou seja, através das implicações, tenta-se dar a entender que o movimento possui bases não muito firmes nos seus objetivos e motivos de luta.

4.3 Marcadores de escopo e organizadores textuais temporais

Percebemos, em nossa análise, que o texto do DP é o único que mostra, em parte, o lado do movimento. No trecho em que diz que a vereadora Isabella de Roldão e a Faculdade de Direito de Recife estavam preparando mandados de segurança para pedir a anulação da votação do projeto, no primeiro parágrafo, há a transferência da responsabilidade enunciativa ao se enfatizar que essa informação vem dos manifestantes – conforme evidenciado pelo excerto “segundo os ativistas”, após o trecho em questão. O apoio de uma vereadora e da Faculdade de Direito de Recife dão uma certa autoridade às reivindicações do movimento, por isso o jornal utiliza este marcador de escopo para deslegitimar a informação e atribuir-lhe o status de duvidosa e parcial.

Novamente no quarto parágrafo da matéria do JC, podemos perceber o trabalho com unidades textuais de base construindo sentidos ideologicamente orientados para a depreciação do Ocupe Estelita, através da ligação entre organizadores textuais temporais, proporcionando sentidos de menor autoridade e menor poder ao movimento social em questão – nos trechos “Após acordo com os agentes do Choque, o grupo foi autorizado a passar em direção ao bairro do Pina” (grifo nosso) e “Após uma breve concentração no estacionamento do Rio Mar, cerca de 200 integrantes resolveram entrar no centro comercial” (grifo nosso). No primeiro trecho, à medida em que é feita a organização temporal do texto, é também construído o entendimento de que apenas após uma “permissão” policial, os integrantes tiveram o ímpeto de fazer a manifestação dentro do RioMar. No segundo trecho, esse sentido de hesitação do grupo de manifestantes é ainda mais acentuado, pois é acrescentado que, mesmo depois da

permissão, somente após mais uma concentração do grupo, foi decidido por finalmente levar a manifestação para o interior do shopping.

4.4 Sequências de atos de discurso

É possível notarmos, especialmente nos textos da FP e do JC, algumas cadeias de atos de discurso compostas por sequências assertivas seguidas de explicativas (microatos de discurso), possuindo esta uma função de caracterizar a primeira, relacionando-se a ela e construindo um macroato de discurso. São nesses macroatos que podemos depreender as intenções argumentativas de cada matéria e dispô-las em suas respectivas filiações ideológicas (ADAM, 2011).

Para entendermos tal processo textual, tomemos um trecho do primeiro parágrafo da notícia da FP: “O grupo de cerca de 250 pessoas estendeu faixas do movimento e atraiu a atenção dos consumidores do mall. O centro comercial considerou o ato pacífico e não houve conflito, com o ato dispersando por volta das 21h30”; e comparemos com um trecho muito semelhante, também do primeiro parágrafo, do JC: “os ativistas do movimento Ocupe Estelita ocuparam o estacionamento do Rio Mar. Por volta das 21h, cerca de 200 pessoas protestaram dentro do centro comercial”.

Temos, em ambos os casos, dois períodos conectados dentro de um macroato de discurso, que é composto por sequência assertiva e uma explicativa, que exerce papel de caracterização do primeiro e expõe qual a visão do jornal a respeito do declarado na assertiva. Mesmo as duas proposições possuindo o mesmo eixo temático, havendo, assim, uma intertextualidade temática, percebe-se que cada um possui suas particularidades e suas preferências pelo que destacar na sequência explicativa: a FP prefere destacar que o ato “foi considerado pacífico”, deixando a entender que poderiam ter ocorrido inquietações durante o ato – o que nos remete às implicações –, porém é de conhecimento popular que as manifestações do movimento em questão sempre se demonstraram bastante pacíficas.

No trecho do JC, podemos notar como a matéria usa a sequência explicativa para descrever o que os integrantes do movimento fizeram no shopping. O DP, logo na assertiva, expõe e detalha que o grupo apenas “estendeu faixas do movimento e atraiu a atenção dos consumidores”. Já o JC, ao declarar na sequência explicativa o que ocorreu dentro do RioMar, deixa vago, apenas afirmando que os integrantes “protestaram dentro do centro comercial”. Conhecendo a carga semântica pejorativa que há no termo “protesto” em relação às formações

discursivas da classe-média brasileira (público-alvo do JC) – em contraste com o termo manifestação, por exemplo, que possui sentido menos depreciativo –, podemos perceber a finalidade discursiva não só da colocação desse termo, mas também da sequência explicativa na qual ele se insere para o sentido global do macroato de discurso em questão.

Considerações finais

Tendo em vista os resultados da análise, podemos concluir que se confirmou o que é postulado por Herman e Chomsky (1988), haja vista que nos três textos analisados há elementos textuais que indicam uma posição contrária à do movimento e, portanto, a favor das empreiteiras. Não acreditamos, contudo, que a mídia possa ser imparcial. É certeza que, de uma maneira ou de outra, ela assumirá um lado ou se filiará a uma determinada ideologia, dado que isso é inevitável. Por outro lado, cremos que é importante que a imprensa assuma sua parcialidade, para que, assim, o leitor saiba que não está entrando em contato com uma ilusória verdade nua e crua e que não dê total credibilidade ao texto.

Percebemos também, através deste trabalho, que se faz muito presente nos textos jornalísticos de Pernambuco alguns mecanismos textuais que tem como função argumentativa não só criminalizar o movimento Ocupe Estelita, mas também de marginalizá-lo e caracterizá-los como um conglomerado de estudantes ou jovens que não compreendem bem a dimensão do que estão fazendo. Com isso, a mídia jornalística de Pernambuco empenha-se em silenciar as diferentes vozes sociais: professores da rede básica de ensino, professores e pesquisadores universitários, moradores de áreas próximas ao cais etc.

Referências

ADAM, J-M. **A linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. Traduzido por Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi, João Gomes da Silva Neto e Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRANDÃO, H. N. **Introdução à análise do discurso**. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Ocupe Estelita deve entrar com mandado de segurança para anular votação de plano urbanístico**. Disponível em: <http://www.diariodopernambuco.com.br/app/noticia/vidaurbana/2015/05/05/interna_vidaurbana,574992/ocupe-estelita-deve-entrar-com-mandado-de-seguranca-para-anular-votacao-de-plano-urbanistico.shtml>. Acesso em: 2 jul. 2015.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 2001.

FOLHA DE PERNAMBUCO. **Protesto contra sanção de plano urbanístico termina com ocupação de shopping no Pina**. Disponível em: <<http://www.folhape.com.br/cms/opencms/fohape/pt/cotidiano/noticias/arqs/2015/05/0036.html>>. Acesso em: 2 jul. 2015.

HERMAN, E. S; CHOMSKY, N. **Manufacturing Consent: the political economy of the mass Media**. New York: Pantheon Books, 1988.

JORNAL DO COMÉRCIO. **Ativistas do movimento Ocupe Estelita realizam passeata até a Zona Sul**. Disponível em: <<http://m.jc.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2015/05/05/ativistas-do-movimento-ocupe-estelita-realizam-passeata-ate-a-zona-sul-179880.php>> Acesso em: 02 jul. 2015.

KILIAN, C.; FLÔRES, O. C. **Análise textual do discurso: uma introdução ao modelo proposto por Jean-Michel Adam**. Disponível em: <<http://www.unifra.br/eventos/inletras2012/Trabalhos/4648.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2015.

KOCH, I. V. **A coesão textual**. 22. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

_____; BENTES, A C.; CAVALCANTE, M. M. **Intertextualidade: diálogos possíveis**. São Paulo: Cortez, 2007.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARCUSCHI, L. A. **Linguística de texto: o que é e como se faz?** São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

_____. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

ANEXOS

Anexo I (ADAM, 2011, p. 131)



Anexo II (matéria online do Jornal do Comércio)

Ativistas do movimento Ocupe Estelita realizam passeata até a Zona Sul

Por volta das 21h, cerca de 200 pessoas protestaram dentro do Rio Mar

Do JC Online

Publicado em 05/05/2015, às 21h54



Após realizarem uma passeata o Centro do Recife até o Cais José Estelita, na tarde desta terça-feira (5), os ativistas do movimento Ocupe Estelita ocuparam o estacionamento do Rio Mar. Por volta das 21h, cerca de 200 pessoas protestaram dentro do centro comercial.

O movimento Ocupe Estelita realizou no final da tarde desta terça-feira (5) uma caminhada do centro do Recife até o Cais José Estelita. No entanto, os ativistas não puderam entrar no local porque equipes do Batalhão de Choque da Polícia Militar estavam fazendo o isolamento da área antes mesmo da chegada dos manifestantes.

Em reunião realizada pelos integrantes do movimento, ficou estabelecido que um novo ato será realizado nesta quinta-feira (7), na Praça do Derby, no centro da cidade.

Após acordo com os agentes do Choque, o grupo foi autorizado a passar em direção ao bairro do Pina. Após uma breve concentração no estacionamento do Rio Mar, cerca de 200 integrantes resolveram entrar no centro comercial, onde gritaram palavras de ordem, munidos com cartazes.

VOTAÇÃO - O plano urbanístico para o Cais José Estelita foi aprovado em duas votações na Câmara de Vereadores nesta segunda-feira (5), apesar de não estar na ordem de votação do dia. A lei foi sancionada pelo prefeito Geraldo Julio (PSB) de São Paulo, onde cumpria agenda.

O movimento voltou à Câmara de Vereadores da capital pernambucana mas foram impedidos de entrar. A Rua do Hospício foi fechada e por volta das 18h os manifestantes seguiram em passeata pela Avenida Conde da Boa Vista.

A Companhia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife (CTTU) enviou agentes para acompanhar a passeta e orientar os motoristas a seguirem por outras vias.

Anexo III (matéria online do Diário de Pernambuco)



OCUPE ESTELITA

Ocupe Estelita deve entrar com mandado de segurança para anular votação de plano urbanístico

Em manifestação, nesta terça, cerca de mil manifestantes passaram pela Câmara dos Vereadores, armazéns e fizeram ato de protesto no Shopping RioMar

Após quase cinco horas de manifestação, nesta terça-feira, o Ocupe Estelita agendou um novo ato público para a próxima quinta, às 16h, na Praça do Derby, região central do Recife. Os ativistas pedem a anulação da lei que instituiu o Plano Específico do Cais José Estelita, Santa Rita e Cabanga, que foi sancionada à distância pelo prefeito Geraldo Julio e publicada no Diário Oficial de hoje. O projeto estava na Câmara dos Vereadores do Recife, entrou na pauta de votação de forma extraordinária e foi aprovado por unanimidade. A vereadora Isabella de Roldão e a Faculdade de Direito do Recife estão preparando mandados de segurança para solicitar a anulação da votação da Casa, segundo os ativistas. O Ministério Público teria, inclusive, expedido recomendação para que o projeto voltasse a ser discutido no Conselho da Cidade antes de entrar na pauta dos políticos.

A ação desta terça começou às 16h, em frente à Câmara dos Vereadores, no Parque 13 de Maio. A Polícia Militar acompanhou a manifestação e chegou a fechar as portas da Casa para impedir que os manifestantes entrassem. O grupo saiu em caminhada pelos principais corredores de tráfego do centro, a Rua do Hospício, Avenida Conde da Boa Vista e Guararapes até alcançar o Cais José Estelita. Os dois sentidos da Avenida Engenheiro José Estelita foram bloqueados e o Batalhão de Choque foi acionado para monitorar o movimento. A manifestação contou com o apoio dos professores das redes estadual e municipal, comerciantes ambulantes, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto. O ato foi encerrado no Shopping RioMar, na Zona Sul do Recife.

"A manifestação desta terça mostrou que nosso movimento está mais forte do que nunca e ultrapassando barreiras. Ganhamos apoio de outros movimentos e estamos fortalecendo a luta de direitos das cidades contra essa gestão corruptosa. O presidente da Câmara colocar em pauta em uma velocidade espantosa um projeto tão perigoso para a sociedade chega a ser absurdo", esclareceu o integrante do Direitos Urbanos Sérgio Urt.

Pela manhã, durante palestra da 3ª Semana de Comunicação Pública de Pernambuco, o vice-prefeito Luciano Siqueira (PCdoB) declarou que não conhece ninguém na Prefeitura do Recife que concorde com o previsto no Consórcio Novo Recife. "Eu não conheço ninguém na prefeitura que tenha se levantado para defender esse projeto. O que nós sancionamos foi o plano urbanístico para a área, uma lacuna que existia do ponto de vista jurídico e formal para todo aquele conjunto de área em que está o projeto estelita", disparou. Sobre a aprovação de forma extraordinária e agilidade na sanção por parte do prefeito Geraldo Julio, que estava em São Paulo, se esquivou. "Essa pergunta deve ser endereçada ao presidente da Câmara, Vicente André Gomes, e a mesa diretora da Casa. É público que a Prefeitura do Recife encontrou esse problema quando assumimos o governo já estabelecido. Nós não aprovamos e não apoiamos. Sanção rápida é normal, qualquer projeto votado na Câmara é sancionado", lembrou. Luciano Siqueira deixou o auditório da Universidade Federal de Pernambuco sob vaia dos estudantes e ativistas.

O posicionamento não agradou. "Luciano Siqueira tem uma longa história de combate à ditadura e luta pela democracia, mas tem um papel institucional dentro do projeto. Ninguém espera vê-lo em uma barraca gritando ocupar e resistir, apenas queremos que ele faça o trabalho dele. A gestão tem se comportado contra o povo, feito conchavos com as empreiteiras e vereadores", disse Ivan Moraes Filho, do Centro de Cultura Luiz Freire.

Anexo IV (matéria online da Folha de Pernambuco – primeiro trecho)

Protesto contra sanção de plano urbanístico termina com ocupação de shopping no Pina

Manifestantes caminharam pelas vias do Centro e seguiram para o shopping RioMar

Com o terreno do Cais José Estelita ocupado pelo Batalhão de Choque, os manifestantes do movimento Ocupe Estelita e do grupo Direitos Urbanos ocuparam o salão de eventos do Shopping RioMar, no bairro do Pina, Zona Sul do Recife, na noite desta terça-feira (05). O grupo de cerca de 250 pessoas estendeu faixas do movimento e atraiu a atenção dos consumidores do mall. O centro comercial considerou o ato pacífico e não houve conflito, com o ato dispersando por volta das 21h30. Policiais e viaturas do Grupo de Apoio Tático Itinerante (Gati) estiveram no local.

O ato começou por volta das 16h, na praça do Quartel General – em frente à Câmara dos Vereadores –, chegando a fechar e depois liberar a avenida Cruz Cabugá, no sentido Olinda, e a rua do Riachuelo. Na Câmara, também estiveram professores da rede municipal de ensino do Recife, que realizaram um ato em reivindicação trabalhista. Agentes da PM e da Guarda Municipal fecharam a entrada da Casa por determinação do presidente da Câmara, vereador Vicente André Gomes (PSB), e houve um princípio de tumulto. O argumento é que o expediente da casa legislativa teria acabado.

Por volta das 17h30, os manifestantes começaram uma caminhada até o Cais José Estelita, passando pela avenida Conde da Boa Vista e Dantas Barreto, em protesto contra a aprovação e sanção do Projeto de Lei 08/2015. Ao chegar ao Cais José Estelita, os manifestantes realizaram uma assembleia e resolveram seguir para o bairro do Pina. Manifestantes protestaram no RioMar shopping

Batedores da Companhia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife (CTTU) acompanharam a manifestação. O trânsito no Centro do Recife ficou bastante complicado, com grande retenção nas vias atingidas pelo protesto ao longo da noite. Os manifestantes do Ocupe Estelita pedem o cumprimento da recomendação do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e o estabelecimento de uma mesa de negociação entre o movimento Ocupe, a Câmara, o MPPE e a Prefeitura para a anulação da votação e sanção do projeto de lei. O plano foi aprovado na Câmara nesta segunda-feira (04) e o prefeito da Capital, Geraldo Julio (PSB), sancionou diretamente de São Paulo na noite do mesmo dia.

O MPPE havia encaminhado à presidência da Câmara um ofício informando sobre ação civil pública que pede a devolução do projeto para a Prefeitura do Recife. A ação foi ajuizada no Tribunal de Justiça na última quinta-feira (30), mas não teve posicionamento da presidência da Casa de José Mariano.

Plano urbanístico e Novo Recife

O Projeto de Lei 08/2015, que contempla o Plano Específico do Cais José Estelita, Santa Rita e Cabanga, delimita os parâmetros para uso e ocupação da região, a exemplo das dimensões das vias, altura das edificações e fatores de mobilidade: como transporte

Anexo V (matéria online da Folha de Pernambuco – segundo trecho)

público e ciclovias. De acordo com a Secretaria de Planejamento Urbano do Recife, o espaço foi dividido em dez zonas, a serem contempladas com espaços de lazer, biblioteca pública e, ainda, a construção de moradias populares no entorno. O conteúdo, distribuído em 26 artigos, assegura a implantação de um sistema de zonas de convivência, incluindo parques conectados à malha urbana preexistente, com a garantia do acesso e uso público da frente d'água integrados à Bacia do Pina.

O projeto imobiliário Novo Recife compreende um terreno de 10 hectares que deve comportar a construção de 13 torres, variando entre 12 e 38 andares. Formam o consórcio as empresas Ara Empreendimentos, GL Empreendimentos, Moura Dubeux Engenharia e Queiroz Galvão – esta última envolvida no âmbito da Operação Lava Jato, que investiga esquema de corrupção na Petrobras.

A Prefeitura se manifestou por meio de nota defendendo a aprovação da lei ao dizer que, com a sanção, o Recife “dispõe de uma legislação que aplica importantes princípios de qualidade urbana e ambiental”. Para a administração municipal, a aprovação “encerra um processo de amplo debate com os diferentes segmentos da sociedade”.

Também por meio de nota, o Consórcio Novo Recife informou que dará início ao processo de desenvolvimento dos projetos de engenharia e arquitetura para apresentação formal à Prefeitura.

Data de recebimento: 30 de junho de 2016.

Data de aceite: 15 de agosto de 2016.